



Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEMINÁRIO

« POPULAÇÕES AFRO-DESCENDENTES NA AMÉRICA LATINA »

DISCURSO DE ABERTURA DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO BRASIL EXMO SR. EDSON SANTOS.

Cidade do Panamá, 28.03.2008

Prezados Senhor Samuel Lewis Navarro, Vice Presidente e Ministro de Assuntos Exteriores do Panamá, Senhora Alexandra Cas, Diretora para América Latina da Comissão Europeia, Sra. Rebeca Grybspan, Diretora Regional para América Latina e Caribe do PNUD, Senhor Enrique Iglesias, Secretario Geral Iberoamericano, Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que tenho a oportunidade de cumprimentá-los na condição de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil; uma instância de assessoria direta ao Presidente da República em assuntos relativos à proteção dos direitos humanos dos grupos étnico-raciais tradicionalmente afetados pelo racismo e pela discriminação, com ênfase na população negra.

O Brasil reconhece a persistência do racismo e suas conseqüências nefastas para a vida de milhões de pessoas. Esta forma cruel de discriminação ainda se manifesta de forma recorrente e afeta especialmente populações afro-descendentes e indígenas, prejudicando-lhes o usufruto do direito à igualdade jurídica e material. Em nosso modo de ver, a superação dessa realidade e a justa promoção da equidade são condições necessárias à plena consolidação da democracia em nosso País. Não haverá democracia efetiva no Brasil, tampouco



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

em qualquer outra nação, enquanto as chagas do racismo, da xenofobia e de toda forma de intolerância não houverem sido verdadeiramente sanadas.

Por isso, em resposta a uma demanda histórica dos movimentos sociais o Estado brasileiro reviu a noção de que existiria uma democracia racial no Brasil e assumiu a responsabilidade de superar a situação de desigualdade e de negação de oportunidades que ainda hoje cinde a nossa sociedade. A adoção de políticas públicas com este fim passou a ser fomentada de maneira mais consistente a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Desde então, temos trabalhado na busca de ações destinadas a assegurar a igualdade racial baseada nos princípios da transversalidade, da descentralização e da gestão democrática.

Não obstante as dificuldades percebidas para a promoção da igualdade racial no Brasil, estamos conscientes de que a indesejável realidade do racismo e da discriminação não está presente em um único país, mas estende-se por toda a América, ademais de outras regiões do globo. Trata-se de um fenômeno mundial, que aflige importantes segmentos da humanidade. O continente americano em especial, cujas sociedades desenvolveram-se a partir de um modelo econômico e político fortemente pautado na dominação e segregação de determinados grupos raciais e étnicos, defronta-se atualmente com o desafio de oferecer a estas populações igualdade formal e substantiva no usufruto dos bens, das riquezas e das oportunidades de progresso de que a região desfruta. A plena garantia dos direitos humanos nos próximos anos estará intrinsecamente ligada à nossa capacidade de romper as barreiras impostas pelas discriminações sofridas por grande parte de nossas populações, promovendo o apreço à diversidade.

Nota-se, então, a relevância de aprofundar os espaços de cooperação internacional, buscando soluções sustentáveis para sociedades justas e equitativas. Sendo esta uma temática afeta a todos os países e setores da



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

sociedade nas Américas, as respostas aos desafios por ela impostos. As soluções devem ser buscadas em conjunto, incentivando a adoção de políticas públicas consistentes contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância.

A busca por sociedades tolerantes e democráticas ensejou a realização da Conferência Regional das Américas, ocorrida em 2006 em Brasília, com presença massiva de representantes dos governos e da sociedade civil para a discussão dos avanços e desafios na implementação da Declaração e Plano de Ação de Durban. Ao observador atento, fica claro que está em curso um processo de amadurecimento quanto à importância de superar as desigualdades étnicas e raciais para o aprofundamento da democracia e da segurança em nossa região. Pela primeira vez, representantes da sociedade civil e dos Estados reuniram-se a fim de debater, em situação de igualdade, os rumos da promoção da igualdade racial na região.

A experiência contribuiu para impulsionar, no âmbito das Nações Unidas, o processo preparatório para a Conferência de Revisão de Durban. Percebemos que o continente americano tem condições de oferecer significativos aportes para a Conferência de Revisão, cuja Conferência Regional Preparatória acontecerá no Brasil nos dias 17, 18 e 19 de junho deste ano, precedida pela Conferência da Sociedade Civil nos dias 13, 14 e 15. Confiamos que esta ocasião propiciará para a consolidação de avanços significativos nos parâmetros internacionais de proteção contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância.

Senhoras e Senhores, por fim, cabe destacar os avanços que temos obtido no âmbito da Organização dos Estados Americanos. É gratificante observar o quanto estamos irmanados com a maior parte dos Estados do continente no intuito de promover o apreço pela diversidade em nossas sociedades. Neste sentido, podemos citar o estabelecimento da Relatoria Especial Sobre os Direitos dos Afrodescendentes no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Humanos, e a criação do Grupo de Trabalho Encarregado da Elaboração da Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, que tem recebido significativo apoio das delegações dos Estados Americanos. Podemos falar ainda, do Grupo de Trabalho contra o Racismo, Discriminação e Xenofobia dentro da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e Estados Associados.

Por fim, reafirmando nosso trabalho conjunto a XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo dos 22 países membros da Comunidade Ibero-Americana, reunidos em Santiago do Chile tratando da Coesão Social e as políticas sociais para promover sociedades mais inclusivas na Ibero-América, nos reúne hoje aqui para falar das populações afro-descendentes na América Latina.

Esta é uma política em construção, com avanços e retrocessos, com reações e contra reações que o fazer e mudar a história proporcionam. Nesse sentido, quando recebi o convite para participar deste seminário, eu que estou ocupando este posto desde o dia 20 de fevereiro, portanto a exato um mês e uma semana, me senti motivado a aceitar o convite reconhecendo a importância do intercâmbio de nossas experiências e a articulação de políticas regionais.

Ao finalizar, reafirmo o compromisso do Estado Brasileiro com o fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos internacionais de proteção, bem como com a promoção do apreço à diversidade não apenas em nossa região, mas globalmente. Agradeço a atenção de todos.

//_____